

A pesquisa: questões, planejamento e processo

“Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de uma longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mas uma forma diferente de olhar e pensar uma determinada realidade a partir de uma experiência e uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais.”
(Rosalia Maria Duarte, PUC-Rio, 2000).

Na obra “Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas”, Lüdke e André (1986) já nos alertavam para a complexidade do estudo dos fenômenos educacionais, pelo fato de incidirem sobre eles múltiplas determinações próprias do contexto social no qual se inserem que, por sua vez, são mediatizadas pelas circunstâncias históricas que se impõem, levando o (a) pesquisador (a) ao desafio de “tentar captar a realidade dinâmica e complexa do seu objeto de estudo, em sua realização histórica.”

No presente trabalho, este desafio parece torna-se ainda maior, por enfocar uma experiência recente e em processo de construção, a saber, a trajetória empreendida pela comunidade Colégio Pedro II em seu processo de discussão, elaboração e implantação de um “currículo por competências” para o Ensino Médio Regular, no contexto da proposição e oficialização das novas Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – ou seja, de meados dos anos 90 aos dias atuais.

Embora a questão da escolha do local para a realização da pesquisa seja um aspecto a ser aprofundado no capítulo dois deste trabalho, é importante que se esclareça desde o início tratar-se de uma instituição eleita por sua histórica vinculação ao governo central, desde a sua fundação na fase imperial brasileira, e que chega à atualidade como a única escola federal do país a oferecer o ensino médio regular.

Nossa intenção ao assumir este desafio, foi, de certa forma, tentar caracterizar os limites e possibilidades de concretização de uma nova proposta que se coloca no cenário educacional hoje, buscando a compreensão das proposições oficiais e os fatores que as condicionam, os debates que se estabelecem em torno dessas mesmas proposições, a ampliação da compreensão sobre os argumentos utilizados para justificar uma aceitação ou a recusa, bem como as facilidades e, certamente, as dificuldades de uma

instituição que se dispõe a empreender uma discussão e produção como esta, com todos os ganhos e limitações que esta pesquisa pode conter.

Ganhos, por considerarmos que uma das funções da pesquisa acadêmica é articular-se às demandas sociais e, quem sabe neste caso específico, contribuir, mesmo que modestamente, para a discussão sobre o tipo de ensino que podemos propiciar aos jovens pertencentes a um dos grandes centros urbanos do país, diante de uma legislação que autoriza o exercício de uma relativa autonomia e autoria na elaboração e implementação de um projeto pedagógico próprio. Limitações, pela indiscutível incipiência da situação (marcada pelas idas e vindas descritas nos capítulos que seguem), revelando as dificuldades próprias de um processo de construção coletiva, visto que isto implica: a) a negociação de sentidos entre os envolvidos em face às condições políticas e os aspectos ideológicos em disputa no campo; b) a possibilidade de fazer encontrar (reunir para dialogar), visando a construção de uma maior clareza em relação aos propósitos em pauta; c) produzir posicionamentos igualmente claros dentre os participantes desta comunidade, sejam eles favoráveis ou críticos em relação ao que está sendo proposto; d) quebrar possíveis resistências e “imobilismos” que muitas vezes impregnam as instituições, visando a produzir posturas mais disponíveis e abertas ao diálogo, entre outras.

Não é demais lembrar que esta experiência ocorre numa instituição com características muito particulares (embora seja uma instituição pública), igualmente inserida no cenário de mudanças societárias e educacionais que nos afeta na atualidade. Por tudo isso, é que se procurou ouvir com especial atenção, e praticar dentro do humanamente possível, as recomendações dos pesquisadores reconhecidos por sua experiência neste campo profissional e que opinaram sobre este projeto de pesquisa, destacando a necessidade de manter uma postura aberta em campo para não incorrer em julgamentos precipitados ou “pré-conceituosos”, para responder às questões orientadoras deste trabalho e às hipóteses inicialmente formuladas, conforme segue:

Primeira questão: como a direção, equipes técnicas e professores receberam as DCNEM/PCNEM quando de sua proposição oficial; ou seja, quais os principais aspectos que geraram manifestações de concordância, discordância ou contribuíram para determinar, inicialmente, os níveis de rejeição ou adesão ao processo de revisão curricular? A hipótese subjacente a esta questão é que, embora o CP II seja uma instituição com forte vinculação ao governo federal (sobretudo em função da natureza de alguns cargos de

confiança que ainda se dão por nomeação) e marcado pela tradição de ser considerado como um laboratório de implementação de políticas públicas para este segmento de ensino, a prática social nos informa que não há meios que assegurem uma mera transposição dos ideais de uma reforma para uma comunidade por ato legal. Conseqüentemente, a chance dessas proposições institucionais encontrarem campo propício à sua disseminação estaria na possibilidade de estabelecer uma convergência com o que se discutia, ou que se estava tentando implementar como opções teórico-metodológicas para o ensino, antes mesmo das DCNEM's/PCNEM's serem oficializadas. Compreendemos que verificar o grau de aceitação das DCNEM/PCNEM no contexto institucional do Colégio Pedro II, poderá, portanto, indicar o grau de convergência da proposição oficial às demandas de um tempo, conforme praticado por uma escola séria e comprometida com a formação dos jovens sob sua responsabilidade.

Segunda questão: como se deu o processo de discussão e organização interna para viabilizar a participação dos vários cargos e funções na proposição do novo currículo? O princípio da gestão democrática para a elaboração da Proposta Político Pedagógica, conforme previsto nas DCNEM's foi, de fato, estabelecido? Como foram tratadas as diferenças de opinião ou posicionamento frente à proposta institucional? Nossa hipótese, nesse caso, é que – independente dos resultados práticos gerados –, estamos diante de uma importante experiência de participação dos diferentes atores envolvidos no processo, devido ao reconhecimento social já conquistado pelos professores do Pedro II que, de certa forma, se beneficia do reconhecimento historicamente conquistado pela instituição e das condições lá existentes.

Terceira questão: quais os fatores intervenientes que favoreceram ou dificultaram o processo na fase de discussão, produção e implantação e o quanto a vinculação ao MEC contribuiu para favorecer ou dificultar este trabalho? Nossa hipótese inicial é que, por ser uma escola qualificada e possivelmente dotada de um mínimo de recursos para funcionar, os aspectos apontados pelos respondentes possivelmente passariam pelas disputas próprias do campo científico, o que numa visão bourdiesiana significa a luta pela hegemonia em torno das idéias, princípios e valores (mas também prestígio e poder de influência sobre as decisões tomadas), onde poderemos identificar as tendências predominantes quanto à compreensão da função do Ensino Médio naquela instituição, bem como o tipo de relação política estabelecida entre o Colégio Pedro II e o MEC na atualidade.

A partir das orientações prévias dadas em relação a este projeto de pesquisa, das questões orientadoras e hipóteses inicialmente formuladas, estabeleceu-se como objetivo deste trabalho descrever, analisar e interpretar os dados relacionados à implantação de um “currículo por competências” no Colégio Pedro II, resgatando os aspectos centrais desta trajetória, para que, numa perspectiva sociológica, pudéssemos captar a percepção dos diferentes atores sociais que viveram historicamente este processo, compreendido entre final dos anos noventa – época em que as DCNEM vinham sendo produzidas no MEC com a contribuição de alguns segmentos sociais, inclusive do Colégio Pedro II -, e 2003, ano de realização desta pesquisa de campo.

Por tudo isso, é que se buscou, desde o começo de 2003, iniciar, paralelamente ao estudo da legislação pertinente à última reforma curricular brasileira (LDB, DCNEM, PCNEM's, deliberações e resoluções correlatas) e da bibliografia que permitiu ampliar a compreensão acerca dos fatores intervenientes à proposição da mesma (documentos dos organismos internacionais - Unesco e Banco Mundial, relatórios de conferências produzidas pelo MEC, publicações em mídia e produções acadêmicas ligadas ao tema)¹, um trabalho de aproximação ao campo através de visitas a uma das unidades do Colégio Pedro II, aqui nomeada como “Unidade Piloto”, para algumas entrevistas e observações. A escolha pelas entrevistas se deu, por ser, segundo Blanchet & Gotman (citados por Brandão, 2002), o instrumento que se impõe “sempre que se ignora o mundo de referência ou que não se deseja decidir *a priori* sobre o sistema de coerência interno às informações pesquisadas”². Por sua vez, as observações, segundo Marconi e Lakatos, foram adotadas pelo importante papel que desempenham nos contextos de descoberta, obrigando o investigador a um contato mais direto com a realidade que se pretende investigar. Concordamos com as autoras, portanto, de que estas observações constituem “o ponto de partida da investigação social.”³

Antes de descrever esta etapa exploratória, porém, é importante que se esclareça que o planejamento inicial previa a realização de um Estudo de Caso⁴ em apenas uma das cinco unidades do Colégio Pedro II a oferecer a modalidade ensino médio regular. Na etapa em que o projeto de pesquisa foi analisado por

¹ Conforme bibliografia indicada no capítulo 1.

² Citados por Brandão, Zaia- Pesquisa em Educação – conversas com pós-graduandos - Rio de Janeiro: Edt PUC-Rio; São Paulo: Edições Loyola, 2002: 38

³ Marconi, Marina de A & Lakatos, Eva Maria – Técnicas de Pesquisa – 4ª ed – São Paulo, Atlas, 1999:90

⁴ Sobre Estudo de Caso – ver Lükde e André, op.cit: 17 e seguintes.

professores indicados pelo Departamento de Educação da PUC-Rio, no entanto, foram apresentadas ponderações de que tal recorte não seria representativo do “Complexo Escolar Colégio Pedro II”, por ser uma pequena rede de ensino que, por sua distribuição por bairros tão diferentes da cidade, possivelmente teria realidades tão diversas quanto características identitárias distintas. Junto à orientação, assumiu-se a perspectiva de realizar uma pesquisa de base exploratória, com o desafio de investigar o maior número possível de unidades, na expectativa de caracterizar um pouco melhor este “todo”, dentro dos limites, claro, impostos a uma dissertação de mestrado: recursos materiais, humanos e tempo, principalmente. De acordo com Marconi e Lakatos, este tipo de pesquisa de base exploratória se define basicamente pela prática da empiria, onde se obtêm freqüentemente descrições tanto quantitativas quanto qualitativas do objeto de estudo, sendo que ao pesquisador cabe “conceituar as inter-relações entre as propriedades do fenômeno, fato ou ambiente observado.” (op.cit:87)

Neste tipo de pesquisa, pode-se empregar uma variedade de procedimentos de coleta de dados como entrevista, observação participante ou aplicação de outros instrumentos específicos (isolados ou concomitantes), com critérios de composição amostral bastante flexíveis, visto que a finalidade é aumentar o acervo de informações sobre novos temas em estudo, clarificar conceitos pouco discutidos ou ainda deixar indicações de aspectos passíveis de serem aprofundados em pesquisas futuras, o que nos pareceu adequado para o propósito de registrar uma experiência de revisão curricular no ensino médio regular e no contexto pós-DCNEM, embora concordemos com Duarte(2000) de que toda pesquisa, de certa forma, é uma espécie de viagem por lugares já visitados, conforme expressamos na epígrafe a este capítulo. Assim, das cinco unidades do Colégio Pedro II a oferecer ensino médio regular, apenas uma não pode ser incluída nesta pesquisa – a Unidade Tijuca - pelas circunstâncias institucionais que, a partir de um dado momento, dificultaram a coleta de dados, conforme explicitaremos ao longo deste capítulo. Para investigar este campo ampliado, optou-se por trabalhar prioritariamente com entrevistas a profissionais em funções de liderança pedagógica dentro da instituição, tais como: diretores, coordenadores pedagógicos, coordenadores de área ou outros “especialistas” , na perspectiva sociológica defendida por Kaufmann (1996), segundo a qual a utilização deste instrumento como método se apóia na convicção de que os atores sociais não são “simples agentes”, mas “produtores ativos do social”, cabendo ao pesquisador explicar e interpretar a palavra destes atores –

entendida como um sistema de valores que regem as relações, com vistas a ampliar a compreensão sobre os comportamentos sociais.⁵

Aos professores seriam aplicados questionários, construídos com base nos conhecimentos obtidos na fase exploratória e análise documental, visando a atingir um número maior de informantes. Até então, a nomenclatura adotada na instituição para tais funções técnicas nos era desconhecida, bem como aquelas que poderiam ser consideradas estratégicas neste processo. Tais preocupações, no entanto, foram incorporadas às outras já pensadas para esta fase inicial da pesquisa que buscou “sondar” como seria uma unidade CPII em termos de organização interna, composição do perfil do corpo discente e docente, regularidade e dinâmica das aulas, padrões de relacionamento dos professores com alunos, os recursos disponíveis e as condições de trabalho dos professores, entre outros aspectos.

A entrada nesta “Unidade Piloto” foi marcada por um clima de muita receptividade e cooperação. Atendida por uma pessoa em função técnica, pode-se coletar, através de uma entrevista inicial não estruturada, ou seja, sem roteiros pré-estabelecidos, informações sobre o processo de reforma curricular empreendido no CPII naquela unidade. Atenta aos pressupostos que devem ser observados neste tipo de entrevista, conforme explicitado por Brandão que as distinguem de “meras” conversas⁶, pode-se extrair, além dos elementos necessários à compreensão dos vários cargos e funções que compõem a estrutura operacional do CPII, algumas referências históricas e as relacionadas às disputas político-ideológicas do campo. A partir desse primeiro contato, autorizou-se o acesso da pesquisadora às salas de aula para observar aspectos do cotidiano escolar, desde que os professores dessem a sua permissão, revelando, assim, uma saudável preocupação em considerar as opiniões dos profissionais e fortalecer o “espírito democrático” que, segundo a pessoa entrevistada, estava se tentando estabelecer naquela unidade, já que os profissionais dali mostravam-se, de um modo geral, “bastante críticos e resistentes” ao processo de reforma.

Com o texto oficial do “Projeto Político Pedagógico” da Instituição em mãos, o “PPP” como era chamado o livro editado pelo MEC/INEP, encadernado em formato 20 X 30 cm e com cerca de 400 páginas, esta pessoa afirmava: “Isso não foi feito por nós, isso não tem a nossa cara, o que a gente faz aqui não tem

⁵ Conf. citação feita por Abramovay, Miriam e Castro, Mary Garcia – Ensino Médio:múltiplas vozes, Brasília – MEC/Unesco, 2003 : 48

⁶ Conf. Brandão, Zaia (op.cit: 40)

nada a ver com isso; ao contrário, queremos abandonar isso e tentar construir a nossa própria proposta curricular...Algo que atenda às características dos alunos desta Unidade”.

Diante de afirmações tão contundentes, por pouco não se considerou inócua a tentativa de registrar o processo de implantação de uma política pública oficial numa instituição com tamanho grau de rejeição e resistência. A abertura dada para assistir a algumas aulas, no entanto, permitiu instaurar dúvidas e vislumbrar complexidades em torno da questão, onde a resistência ou a não identificação com a proposta apresentada pelo governo federal manifesta por alguns, era apenas um dos aspectos. Dizemos isso, porque, nas manhãs de sexta-feira dedicadas a esta etapa exploratória, que durou de abril a junho de 2003, as aulas de Língua Portuguesa e Educação Artística realizadas nas turmas de 1º e 2º anos do Ensino Médio⁷, impressionaram pela qualidade dos temas, abordagens e atividades práticas propostas aos alunos que demonstravam grande envolvimento com o trabalho. Se, por um lado, isso poderia ser atribuído à competência das profissionais à frente de suas turmas (pela segurança demonstrada em relação aos conteúdos ensinados e à boa gerência dos vários aspectos que compõem uma aula), contatos estabelecidos com estas professoras nos deslocamentos entre uma turma e outra, nos momentos em que os alunos encontravam-se ocupados trabalhando em grupos ou mesmo nos intervalos para um descanso na sala dos professores, permitiu constatar que ambas faziam menção aos PCNEM e ao PPP do CPII sem desqualificações, mostrando-se dispostas a colocar em prática alguns pressupostos lá enunciados, como, por exemplo, recortar de forma mais seletiva os conteúdos de ensino para buscar uma abordagem favorecedora de aprendizagens mais significativas, por meio da realização de projetos, ora chamados de “projetos diferenciados”, ora de “projetos interdisciplinares”, já praticados por elas. Estas profissionais, indicadas pela pessoa em função técnica como “boas, excelentes e com muita participação dentro da escola”, eram referências entre seus pares, a ponto de terem sido convidadas, por ocasião da implementação do PPP, a atuarem como “orientadoras” naquela unidade. Uma delas, inclusive, era identificada também como pertencente a uma tendência politicamente mais crítica dentro da instituição, o que levava à dúvida se a “resistência geral” mencionada pela técnica seria, de fato, em relação aos

⁷ A observação dessas duas matérias na etapa exploratória da pesquisa se deu em função da recusa dos professores de Química, Física e Matemática que compunham a

pressupostos propostos pelo MEC e assumidos institucionalmente pelo CPII em seu processo de revisão curricular ou em relação à dinâmica interna e às relações de poder que ainda estavam por ser desveladas. Esta e outras dúvidas justificaram, portanto, a continuidade da investigação, visando a descrever este complexo processo e a identificar questões interessantes que viessem a contribuir para o debate acadêmico que hoje se estabelece em torno da reforma, conforme caracterizaremos no primeiro capítulo.

A etapa seguinte consistiu em estudar o Projeto Político Pedagógico do Colégio Pedro II, a partir de uma versão de 624 páginas que pode ser “baixada” pela internet, já que a publicação oficial não estava disponível para venda ou doação. Tal documento, precioso como fonte de dados sobre a situação atual do CPII, trazia, na parte destinada aos “créditos”, a informação necessária ao planejamento das entrevistas. A partir da relação nominal, portanto, dos profissionais envolvidos na elaboração do projeto, no período de 1999 a 2000, bem como daqueles que passaram a participar da fase de implementação, a partir de 2001, planejou-se a realização de cerca de quinze entrevistas⁸. Eram elas: a) Com o Diretor Geral e o Secretário de Ensino (duas pessoas diretamente responsáveis pela liderança institucional do processo); b) Na Secretaria de Ensino, pelo menos uma das três profissionais que atuaram na equipe como Subsecretárias de Ensino, Subsecretária de Planejamento ou como Assessora aos Projetos Especiais; c) Os Diretores das Unidades Escolares com Ensino Médio (cinco pessoas); d) Dentro das Unidades, profissionais em outras funções técnicas (considerando-se que a estrutura do colégio previa, pelo menos, três funções diferentes, a saber: técnicos do Serviço Técnico de Ensino e Avaliação - STEA, uma Coordenação Pedagógica e um Serviço de Orientação Educacional), somando, portanto três pessoas por unidade que seriam entrevistadas em pequenos grupos (5 sub-grupos) e, finalmente, e) Grupos focais para abarcar a numerosa equipe de Chefes de Departamentos Pedagógicos organizados por disciplinas para toda a rede⁹ (um ou dois grupos).

carga horária das turmas do ensino médio neste dia em aceitar a presença de pesquisadores em sala de aula.

⁸ No CPII os Chefes de Departamento são eleitos entre os professores por mandatos de 2 anos, razão pela qual alguns permaneceram e outros foram substituídos entre as fases de discussão e elaboração do PPP e a fase de implementação.

⁹ As chefias de departamento mencionadas no PPP eram: Biologia e Ciências, Desenho e Educação Artística, Educação Física e Folclore, Educação Musical, Filosofia, Física, Geografia, História, Línguas Anglo-germânicas, Línguas Neolatinas Estrangeiras, Matemática, Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Química, Sociologia e, por fim, Ciências da Computação e Iniciação ao Trabalho. (Total: 15 departamentos).

Além disso, previu-se a construção de questionário para professores. Restava a dúvida sobre qual o universo a ser investigado, uma vez que a relação de nomes impressa no final do PPP por “Departamentos” indicava a existência de cerca de 606 profissionais, incluindo professores que atuavam apenas no Ensino Fundamental II (segmento de 5^a à 8^a séries). Considerando-se como válida a informação de um dos técnicos entrevistados, que afirmou a existência de cerca de 300 professores de Ensino Médio, ou seja, em média 60 profissionais por unidade escolar, distribuiu-se aproximadamente 30 questionários por escola que, multiplicados pelas quatro unidades investigadas, perfizeram um total de 120 questionários, entregues diretamente aos professores em seus horários de descanso, nos quais se combinou uma data para recolhimento do material pela própria pesquisadora ou pessoa indicada por ela (auxiliar de pesquisa). Ainda assim, o retorno foi de apenas 12.5%, ou seja, apenas quinze questionários devidamente respondidos, o que contribuiu, inicialmente, para reforçar a hipótese acerca da “resistência”, mas, por outro lado, confirmar o inegável fato de que esta pesquisa se realizou em circunstâncias institucionais muito adversas, por ter coincidido com o processo de escolha de um novo diretor geral, conforme detalharemos mais adiante.

O conteúdo do PPP, apresentado em oito capítulos, trazia aspectos históricos ligados à trajetória desta secular instituição, uma caracterização dos aspectos físicos (quantitativo de professores e alunos), formas de acesso dos alunos às vagas, as parcerias institucionais e uma “análise da realidade” com informações sobre o perfil docente, caracterização socioeconômica e cultural dos alunos, índices de evasão e reprovação, avaliação de desempenho dos principais setores da instituição (direção, coordenações, serviço de orientação educacional, etc), uma apreciação sobre o currículo proposto e outros aspectos do cotidiano escolar, incluindo um levantamento dos “entraves institucionais, propostas e metas” que serviram de base para a produção dos roteiros de entrevista semi-estruturada para as várias funções e o questionário para os professores (modelos anexos).

Toda esta análise documental, que gerou a produção, discussão e aprimoramento dos instrumentos de pesquisa de campo, durou cerca de dois meses de trabalho, fazendo com que esta etapa consumisse os meses de julho e agosto de 2003. Com isso, a pré-testagem do questionário e dos roteiros de entrevista foram realizadas em setembro e, devido à falta de tempo, restringiu-se a três pessoas que tinham um bom conhecimento da realidade do CPEI: uma professora recém-licenciada da instituição para fins acadêmicos (mestrado), um

doutorando da PUC-Rio que havia atuado como pesquisador em uma das unidades do CPII durante o processo de discussão da reforma curricular e uma pessoa em função técnica (diretor adjunto) em exercício. Nesta fase de pré-testagem, os três colaboradores mencionaram que a comunidade Pedro II estaria iniciando a escolha do novo diretor geral, o que significava uma possível mudança nos rumos da instituição, a julgar pela forma como o processo vinha se dando: formação de uma comissão de pais, alunos, professores e funcionários que no início daquele ano tinham ido à Brasília pedir ao recém empossado ministro da Educação Cristóvão Buarque o direito de contribuir para a escolha do Diretor Geral do CPII¹⁰. O pedido, rapidamente atendido, foi confirmado pelas Portarias Ministeriais 1.354 e 1.683/2003. Pela Resolução 03/2003, instituiu-se uma Comissão Especial Eleitoral do Colégio Pedro II, que ficou responsável pela definição das regras para esta participação. De acordo com o estatuto aprovado pela Comissão, esta seria uma eleição direta, a segunda da história do Colégio e a primeira em que pais, alunos (a partir da 5ª série!), todos os servidores ativos e os aposentados há no máximo cinco anos, poderiam votar.

Na opinião dos colaboradores do pré-teste, este fato poderia comprometer a aplicação dos questionários e a realização das entrevistas pela possível alteração de rotina que este processo acarretaria, sem mencionar, claro, uma possível influência sobre a “motivação” dos diversos atores sociais para falar sobre a reforma curricular do CPII, já que, este assunto estaria sendo abordado pelos três candidatos em disputa: o atual Diretor Geral, na função desde 1994, seu Secretário de Ensino e uma professora até então na função de Chefe do Departamento de Português e Literaturas de Língua Portuguesa, candidata da oposição indicada pela APA – Associação de Pais e Amigos do CPII, Associação dos docentes, servidores, grêmio estudantil, etc.

De fato, o retorno ao campo para a realização da pesquisa propriamente dita se deu neste contexto de grande efervescência e embate político, o que obrigou a rever algumas opções feitas no planejamento inicial, inviabilizado pelo fato de encontrar as pessoas muito ocupadas, acompanhando seus candidatos em visita às unidades e nos vários debates que foram promovidos em horários diferentes para atender a confluência entre turnos manhã e tarde; tarde e noite em cada escola. Assim, entrevistas individuais com o Diretor Geral e Secretário de Ensino, por exemplo, foram substituídas pela participação da pesquisadora num desses debates públicos, o que certamente representou um ganho para a

¹⁰ Colocamos nestes termos pois, de fato, a comunidade poderia realizar eleições diretas para a escolha do nome que deveria ser confirmado pelo MEC.

pesquisa, já que com esta situação, acredita-se ter minimizado os aspectos mais “formais” das falas institucionalmente concebidas para explicitar os aspectos mais práticos ligados à concretização do processo de reforma na comunidade. Deste evento participaram cerca de 250 pessoas entre professores, alunos de ensino fundamental e médio (com boa participação e posturas em geral bastante adequadas), pais, técnicos e servidores que, através de perguntas dirigidas à mesa, iam possibilitando a emergência de dados bastante elucidativos das circunstâncias institucionais e antecedentes de natureza política, ideológica e estrutural que criaram o contexto para a instauração da reforma curricular no Colégio Pedro II.

Voltando à questão do replanejamento da pesquisa, da equipe da Secretaria de Ensino, conseguiu-se manter a entrevista individual agendada com a Assessora para Projetos Especiais, indicada pelo próprio Secretário de Ensino para esta tarefa por ser considerada “a mãe do PPP”, o que representou uma grande contribuição à compreensão do processo realizado naquela instituição. De fato, esta profissional foi uma das representantes do Colégio Pedro II junto ao MEC em Brasília e responsável pelo amplo mapeamento dos problemas internos que poderiam representar obstáculos à realização do PPP na instituição. Adentrando pelas Unidades de Ensino, contactou-se os diretores, com o seguinte “saldo”: realização de uma entrevista individual com a diretora da Unidade Centro em pleno processo eleitoral que, apesar de visivelmente exausta, gentilmente manteve a entrevista agendada. Depois das eleições, esta diretora assumiu a função de Secretária de Ensino, o que evidencia sua proximidade às funções estratégicas dentro da instituição e seu profundo conhecimento sobre o processo lá empreendido no contexto da implementação das políticas públicas atuais. Conseguiu-se, também, uma entrevista com o diretor adjunto numa outra Unidade, por ser indicado pela direção como a pessoa que mais elementos tinha para contribuir. Nas duas unidades restantes, as direções (uma por real indisponibilidade de tempo, já que o diretor era “cabo eleitoral” de um dos candidatos e a outra por visível insegurança em face o contexto de “indefinição política”), indicaram para as entrevistas individuais os chefes do STEA como seus “representantes”. Estas indicações também foram muitas boas, pelo fato deste setor ter contribuído diretamente para a produção dos “diagnósticos de realidade” constantes do PPP que, como já se afirmou aqui, foram tomados como referência para a produção dos roteiros de entrevistas e produção dos questionários.

Diante da confirmação da importância deste setor para o processo, garantiu-se a entrevista individual com os chefes dos STEA's, nas outras unidades que, por sua vez, contribuiriam para a identificação de outras pessoas que tinham participado do processo de forma efetiva, dando um pouco mais de "vida" à lista "oficial" anteriormente preparada com base em análise documental.

Esta estratégia de identificar possíveis interlocutores a partir da indicação de pessoas articuladas a uma rede vem sendo, segundo Duarte, muito utilizada em pesquisas qualitativas, mostrando-se uma estratégia muito produtiva. Nas palavras de Bott (1976) citado pela pesquisadora:

A rede é definida como todas ou algumas unidades sociais (indivíduos ou grupos) com os quais um indivíduo particular ou um grupo está em contato. [...] Numa "rede pessoal" existe um ego focal que está em contato direto ou indireto (através de seus inter-relacionamentos) com qualquer outra pessoa situada dentro da rede.¹¹

Com isso, explica-nos Rosália Duarte, ao optar por um sistema de rede, deve-se buscar o ego-focal que disponha de informações a respeito do segmento que se busca estudar, sobretudo para indicar outras pessoas e sugerir formas de abordagem. Em geral, as pessoas indicadas por este "ego", sugerem outras e assim se vai, sucessivamente, amalhando novos informantes (op.cit: 5).

Com as indicações das chefias dos STEAs, portanto, chegou-se às chefias dos Setores de Orientação Educacional e outros técnicos com expressiva participação no processo de discussão e implementação da reforma curricular no CPII. A idéia de realizar entrevistas focais com estes profissionais por unidade, no entanto, foi descartada pela dificuldade de fazer encontrar pessoas alocadas em turnos e/ou dias de trabalho variados.

Um outro grupo focal que não se confirmou foi o dos Chefes de Departamento Pedagógicos, pelo fato de as poucas reuniões previstas para aquele segundo semestre terem sido suspensas ou por terem sua pauta alterada, visando a priorizar questões ligadas à sucessão. A solução foi entregar a algumas dessas pessoas o questionário para ser preenchido como professores, já que a função "chefia de departamento" seria atribuída, por acréscimo, à função precípua de docência.

Para tentar apreender um pouco mais a opinião deste grupo, negociou-se, junto à Secretaria de Ensino, o acesso às atas de um Conselho Pedagógico que se reuniu mensalmente durante os anos de discussão e implementação da reforma. Deste Conselho participaram chefes de departamento, diretores, a

¹¹ Duarte, Rosália Maria – Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo – Série "Educação" No. 56, PUC-Rio, Novembro de 2000, 18 p.

equipe da Secretaria e outras funções técnicas. É importante que se esclareça que esta foi a última etapa do processo de pesquisa de campo realizada já no início de 2004, momento em que a configuração da equipe da Secretaria de Ensino já estava mudada em função do resultado das eleições. Assim, o acesso aos documentos foi liberado, mas nem todas as atas foram disponibilizadas, o que fez com que se minimizasse o interesse por esta fonte de informações. Na impossibilidade de reproduzir o material disponibilizado para consulta, apenas alguns dados foram transcritos, de forma a contribuir para esclarecer os aspectos mais relevantes dos embates políticos e pedagógicos em disputa naquele fórum de discussão.

Neste cenário de efervescência política, entrevistas não previstas inicialmente acabaram sendo realizadas: com uma mãe que se apresentou como membro da Associação de Pais e Amigos do CPII - APA - e se ofereceu à pesquisadora para dar a sua contribuição ao trabalho, e com cinco alunos do Ensino Médio. Dentre eles, um rapaz prestes a concluir o 3º ano do Ensino Médio, que chamou a atenção da comunidade por um “manifesto” escrito no verso de uma prova de Física, que acabou sendo reproduzido pelos colegas do grêmio. Esse manifesto ganhou um espaço de destaque no mural instalado na entrada da escola e nos corredores internos, mas logo foi “recolhido”, segundo os alunos, por ordens da direção. Mais tarde, se soube, este manifesto chegou às portas de outras escolas (públicas e particulares) da região, pelo fato de “clamar por mudanças” no currículo do Ensino Médio.

Com a aproximação do final daquele ano letivo, as possibilidades de contato foram ficando cada vez mais restritas, pois, passado o processo eleitoral que indicou em primeira instância o nome do atual diretor para mais quatro anos de gestão, professores e equipes se voltaram ao trabalho de seleção dos numerosos candidatos às vagas de 2004, bem como às atividades relacionadas ao fechamento do ano letivo (provas, recuperações finais, etc), enquanto a contenda política se estendeu em outros fóruns e instâncias, conforme veiculado no endereço eletrônico da APA na ocasião.

Com todas as dificuldades, no entanto, considerou-se este como um momento privilegiado para a realização da pesquisa, pela possibilidade de ver reacendida a discussão acerca de um tema presente na comunidade desde os anos noventa e que corria o risco de ser tratado como algo “antigo” ou “distante”. Infelizmente, a contrapartida, foi a ausência de condições para obter o retorno de um maior número de questionários de professores, sobretudo das “figuras-chave” desse processo, ou seja, aqueles que reuniam, em seu perfil, a

combinação entre um tempo maior de CPII e posturas mais atuantes que, não por coincidência, estiveram envolvidos com a reforma curricular, com as eleições e, via de regra, com o processo de seleção de alunos novos.

Considerou-se suficiente, no entanto, os dados obtidos nas quinze entrevistas realizadas, nos quinze questionários devolvidos e na análise documental realizada através da versão integral do PPP e algumas atas do Conselho Pedagógico da Secretaria de Ensino, para a discussão das hipóteses inicialmente propostas e categorias que, ao longo da pesquisa, foram se revelando como os aspectos mais relevantes a serem discutidos, conforme apresentaremos no capítulo três.

O relatório final foi composto a partir da seguinte estrutura: No primeiro capítulo – Visões do Ensino Médio: MEC, mídia e academia -, procuramos abordar as diferentes posições teóricas sobre a reforma do ensino hoje, recorrendo, não só aos documentos oficiais do MEC, mas também aos relatórios dos encontros dos ministros da Educação da região latino-americana com representantes dos organismos internacionais, com vistas a ampliar a compreensão sobre os fatores intervenientes às proposições oficiais; na seqüência resgatamos várias matérias publicadas por jornais e revistas com distintas orientações políticas que enfocaram o tema da reforma em suas páginas, com o intuito de compreender a estratégia de comunicação do MEC e as representações que encontraríamos dentro do campo; bem como alguns autores de referência que historicamente vêm contribuindo para a discussão da reforma em seus vários aspectos.

No segundo capítulo, totalmente dedicado ao resgate da história do Colégio Pedro II desde a sua fundação, procurou-se resgatar os aspectos contextuais, tais como, dados sobre economia, política e sistema educacional amplo, para situar o Colégio Pedro II nos diferentes momentos históricos de sua existência em sua relação com as instâncias da administração educacional central, a saber: a) a educação na fase imperial e o Colégio “de” Pedro II como modelo de educação para a juventude (1822 a 1889); b) Ensino secundário na República Velha e a crise de identidade do Colégio “de” Pedro II (da Proclamação até a Revolução de 30) e, por fim, c) Educação secundária pós-anos 30 e os altos e baixos na relação com o governo federal. Para produzir este capítulo, recorreremos aos clássicos da historiografia da educação brasileira, tentando colocar em diálogo vários autores com posicionamentos diversos sobre estas diferentes fases da história e as implicações para o sistema educacional.

No terceiro e último capítulo, nos dedicamos a apresentar o Colégio Pedro II hoje, diante do desafio de viabilizar estas políticas públicas para o Ensino Médio na contemporaneidade. Para tanto, recorreremos a documentos institucionais como o PPP (Projeto Político Pedagógico), do qual extraímos e analisamos vários dados que nos permitiram caracterizar a comunidade (discente, docentes e técnicos), obter informações sobre condições infra-estruturais e organizacionais, sistema de avaliação e outros aspectos curriculares. A partir de entrevistas com profissionais mais antigos na casa e, em especial, com uma diretora de destaque - pelo grau de conhecimento e nível de envolvimento político com aquela realidade - , pudemos reconstruir, de forma breve, parte da história recente do CPIL, ou seja, a partir de 1970, já que esta etapa institucional não se encontra ainda devidamente estudada em produções acadêmicas.

Os questionários aplicados aos professores foram incorporados a este capítulo em vários momentos: quando confrontamos as percepções desses profissionais sobre os problemas ligados à reforma curricular e os “entraves e nós-críticos” diagnosticados pelas equipes técnicas do CPIL, na etapa de preparo e discussões que antecederam à reforma; quando buscamos comparar os propósitos institucionalmente declarados e a compreensão dos diferentes atores sobre conceitos-chaves ali implicados.

Além desses antecedentes que procuramos resgatar, ou seja, os aspectos estruturais, institucionais (ou organizacionais), históricos, bem como os aspectos políticos e pedagógicos diretamente implicados nesta situação, procurou-se caracterizar a trajetória desta proposta em seu processo de discussão, produção e início de implementação do novo currículo, com base, principalmente, nas diferentes percepções identificadas a partir dos questionários e das entrevistas realizadas. Encerra o capítulo, uma apreciação sobre o currículo proposto, em que procuramos abrir os significados de alguns termos e afirmações institucionalmente assumidas, para pontuar os aspectos que nos pareceram especialmente importantes nessa tentativa de “adaptação” de todos os planos de ensino, recriação do sistema de avaliação e criação de novas disciplinas como forma de efetivar os pressupostos da reforma proposta.

Nas considerações finais retomamos as hipóteses inicialmente definidas à luz dos dados e referenciais teóricos que fomos indicando ao longo do texto, bem como deixamos registradas as questões que, acreditamos, permanecem como indicações para novas pesquisas acadêmicas.